

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JÚLIA BERALDE GONÇALVES

**O COLONIALISMO E AS IDENTIDADES EM TRÂNSITO EM
LUANDA, LISBOA, PARAÍSO, DE DJAIMILIA PEREIRA DE ALMEIDA**

UBERLÂNDIA

2022

JÚLIA BERALDE GONÇALVES

O COLONIALISMO E AS IDENTIDADES EM TRÂNSITO EM *LUANDA, LISBOA, PARAÍSO*, DE DJAIMILIA PEREIRA DE ALMEIDA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC II.

Área de concentração: Literatura

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Valverde Denubila

UBERLÂNDIA

2022

JÚLIA BERALDE GONÇALVES

O COLONIALISMO E AS IDENTIDADES EM TRÂNSITO EM *LUANDA, LISBOA, PARAÍSO*, DE DJAIMILIA PEREIRA DE ALMEIDA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC II.

Uberlândia, 25 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Rodrigo Valverde Denubila
Orientador

Prof. Dr. Carlos Henrique Fonseca
Examinador

Prof.^a Dr.^a Manaíra Aires Athayde
Examinador

Dedico este trabalho àqueles que no curso da História foram jogados à margem da sociedade.

*“Ainda é cedo, amor
Mal começaste a conhecer a vida
Já anuncias a hora de partida
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar*

*Preste atenção, querida
Embora eu saiba que estás resolvida
Em cada esquina cai um pouco a tua vida
Em pouco tempo não serás mais o que és*

*Ouçá-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó.”*

Trecho da canção “O mundo é um moinho”,
de Cartola

RESUMO

Considerando o grande fluxo populacional entre Portugal e as ex-colônias portuguesas após o fim do domínio português sobre as colônias africanas, a existência de identidades complexas e conflituosas, como a dos retornados, acentuou-se na contemporaneidade. Perspectivando essa constatação, objetiva-se analisar a influência da colonização portuguesa, em África, na construção das identidades de Cartola e de Aquiles, personagens de *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida. No movimento de saída da colônia e ida à metrópole, acentuam-se crises ligadas ao pertencimento e à identidade à medida que se ilumina aspectos do imaginário colonial português. Para tanto, procede-se a autores que estabelecem a relação entre identidade, literatura e História, como Eduardo Lourenço e Margarida Calafate Ribeiro. Desse modo, observa-se que a condição de vida imposta aos retornados demarca uma epopeia às avessas, o que permite concluir que as marcas da exploração portuguesa se fincam além dos limites territoriais e demarcam territórios subjetivos.

Palavras-chave: Literatura portuguesa. Literatura pós-colonial. Identidade cultural.

ABSTRACT

Considering the large population flow between Portugal and the former Portuguese colonies after the end of Portuguese domain over the African colonies, the existence of complex and conflicting identities, such as that of the returnees, has been accentuated in contemporary times. In view of this finding, the objective is to analyze the influence of Portuguese colonization in Africa in the construction of the identities of Cartola and Aquiles, characters from *Luanda, Lisboa, Paraíso*, by Djaimilia Pereira de Almeida. In the movement of leaving the colony and going to the metropolis, crises linked to belonging and identity are accentuated as aspects of the Portuguese colonial imaginary are illuminated. For this purpose, authors who establish the relationship between identity, literature and history, such as Eduardo Lourenço and Margarida Calafate Ribeiro, are analyzed. In this way, it is observed that the life condition imposed on the returnees demarcates an epic in reverse, which allows us to conclude that the marks of Portuguese exploration are planted beyond territorial limits and demarcate subjective territories.

Keywords: Portuguese literature. Post-colonial literature. Cultural Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ENTRE FATO E FICÇÃO: AS RAÍZES HISTÓRICAS DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS.....	10
2 ENTRE FICÇÃO E FATO: AS RAÍZES FICCIONAIS DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS.....	18
2.1 Hiperidentidade portuguesa e imaginação de centro.....	18
3 LUANDA, LISBOA: PARAÍSO?	26
3.1 Cartola	28
3.2 Aquiles	35
3.3 Trânsito entre lugares.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42

INTRODUÇÃO

O discurso colonial português, além de cristalizar a diferença entre colônia e metrópole, garantiu a perpetuação das imagens de centro em colônias como Angola. Ao ler o romance *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida, é possível afirmar que existe certa tensão entre os protagonistas e a sociedade portuguesa. Essa tensão é percebida no decorrer da narrativa a partir de escolhas sutis da autora no que se refere às relações desenvolvidas por Cartola e Aquiles em Portugal; tais escolhas de Djaimilia são curiosas ao se levar em consideração o fato de que a autora, que nasceu em Angola e mudou-se ainda criança para Lisboa, também ocupa o lugar de alteridade dentro do discurso colonial português.

Em Lisboa, a realidade à qual estão submetidos Cartola e Aquiles é consequência de políticas portuguesas de expansão e domínio territorial que remontam ao período conhecido como Revolução de Avis. Durante a Dinastia de Avis, Portugal enfrentou duras crises sociais e econômicas e, para lidar com a miséria e com a falta de recursos que assolava a sociedade portuguesa, a coroa decidiu partir em busca de territórios que poderiam oferecer, por meio da colonização, produtos e riquezas que já eram escassos para os portugueses.

Enquanto parte da história de Portugal mostra o país como o pioneiro na conquista territorial europeia, a partir do século XIX a nação lusitana volta a enfrentar problemas relacionados à economia e, conseqüentemente, à imagem que os cidadãos portugueses tinham sobre si. Durante a colonização, os colonos apresentavam uma história marcada por vitórias portuguesas, elevando a imagem do país para que os povos colonizados acreditassem que o centro político e cultural da colônia, na verdade, estava localizado na metrópole portuguesa, colocando-os, então, à margem das decisões políticas, sociais e culturais do próprio país. Com o advento da corrida europeia pela exploração dos territórios africanos, Portugal viu-se diante de uma crise ideológica e, como saída, ressuscitou a narrativa camoniana que comemorava os feitos, agora já distantes, do império lusitano.

A investigação das raízes da construção da identidade portuguesa e dos problemas ocasionados por ela - como é o caso da *hiperidentidade* e da *imaginação de centro*- é relevante neste trabalho devido ao fato de que essas questões são fundamentais para a análise do romance *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida (2019). Portugal fixou-se à ideia de grandiosidade transmitida pela narrativa que criou a partir de seu passado e a levou para suas colônias.

A narrativa colonial, que eleva Portugal em detrimento de tudo aquilo que não é português, baseia-se na discriminação das diferenças e sustenta discursos e políticas de

hierarquização racial e cultural. Esta narrativa foi responsável pela construção de diferentes identidades ao longo da história, como a dos imigrantes e a dos retornados. No romance de Djaimilia Pereira de Almeida, os protagonistas lidam com as influências do discurso colonial português sobre seus corpos, suas identidades e suas vivências enquanto imigrantes angolanos em Lisboa, a metrópole da tardiamente falecida colônia. De maneira análoga, a autora se encontra dividida entre Europa e África, visto que faz parte da população denominada “retornados”, designação esta dada aos cidadãos portugueses que moravam em território africano e que, com o fim do Império, tiveram que retornar à Portugal.

A partir dessa perspectiva, cabe analisar a influência que a política colonial portuguesa teve e permanece tendo no imaginário dos portugueses, dos povos que foram vítimas da colonização e da população que retornou para Portugal após a independência das colônias dos países africanos de língua oficial portuguesa, usando como objeto de estudo a produção literária contemporânea de Djaimilia Pereira de Almeida, que também faz parte dos grupos que sofreram essa influência e, inevitavelmente, reproduz em sua escrita as marcas de um passado de exploração e de um presente sentimento que vacila entre a sensação de pertencer à nação portuguesa e, ao mesmo tempo, ocupar o espaço de alteridade dentro da sociedade lusitana.

A nossa análise está dividida em três capítulos, onde discutimos História, identidade e literatura respectivamente. Em primeiro lugar, consideramos relevante observar os dados historiográficos antes de efetuar a análise literária. Inicialmente, recorreremos ao estudo de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009) para compreender os desdobramentos da História de Portugal relativos à era das conquistas ultramarinas, investigando de que maneira as memórias dessa época influenciaram e influenciam o imaginário português.

Em seguida, apresentamos os conceitos de identidade propostos por Stuart Hall (2021) para iniciar a discussão sobre as construções identitárias portuguesas dentro do universo literário. Traçamos, então, um diálogo entre Eduardo Lourenço (1994), que trata do problema identitário enfrentado pelos portugueses, e Margarida Calafate Ribeiro (2004), que discute as representações das “imagens de centro” e das “imagens de periferia” na literatura produzida em Portugal ao longo do tempo.

Por fim, analisamos o romance *Luanda, Lisboa, Paraíso* com foco nos personagens Cartola e Aquiles e nos lugares em que eles estiveram ao longo da narrativa. Efetuamos a análise perspectivando os problemas de identidade dentro do contexto da colonização portuguesa e seus resultados, como a produção de uma literatura que exalta o passado em contraste com uma mais atual que expõe seus flagelos.

1 ENTRE FATO E FICÇÃO: AS RAÍZES HISTÓRICAS DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

Enquanto cidadãos de um país que carrega as marcas da colonização portuguesa, pensar sobre a história e as motivações de Portugal no que tange à exploração territorial além-mar exige exercício constante de descentralização da História que nos é familiar. Trata-se, pois, de um discurso que cresceu conosco com base nas informações que a vida e que a vida acadêmica nos proporcionou ao longo dos anos de aprendizagem, por sua vez, nas reflexões resultantes delas. Por outro lado, visualizamos os espólios da colonização em estátuas, em nomes de ruas, na arquitetura, entre outros elementos.

Ao tentar compreender o que levou Portugal a construção de suas imagens sobre si - pelo menos na literatura -, distanciamos-nos das lembranças que nos são familiares a fim de investigar o passado português que, até então, não nos havia sido apresentado. Fazemos isso como quem abre o velho álbum de fotografias de uma família cujos membros, em sua maioria, são desconhecidos: com cautela e atenção aos detalhes que nos saltam aos olhos. Desse modo, perspectivar eventos da extensa história portuguesa ajuda-nos a refletir - de modo mais sensível - sobre os sentidos produzidos pela literatura de ontem e de hoje. Ouviremos a história para depois analisar os rostos. Com o propósito de pensar sobre o processo de construção da identidade de Portugal e da imagem do que é ser português, os acontecimentos referentes à Dinastia de Avis (1385-1580) ganham protagonismo nesta análise devido ao fato de terem dado início a uma nova narrativa portuguesa, em que os próprios narradores eram os vencedores: o pioneirismo na expansão marítima.

Atentemo-nos aos detalhes. Com a morte de D. Fernando, em 22 de outubro de 1383, o trono de Portugal e a sucessão no governo, segundo o Tratado de Salvaterra de Magos¹, caberia a Leonor Teles, esposa do falecido rei, até que seu neto completasse 14 anos. Porém, tal resolução apresentava circunstâncias incômodas para grande parte da população portuguesa: o neto de D. Fernando sequer era nascido, pois D. Beatriz, sua filha, tinha apenas 12 anos e se casara prematuramente com João I de Castela (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009). A burguesia de então e parte da nobreza portuguesa enxergavam a ameaça que esse cenário representava graças ao receio de serem governados pelo monarca castelhano.

¹ Tratado de Salvaterra dos Magos foi um acordo pensado para consolidar a paz entre o Reino de Castela e o Reino de Portugal, no qual D. Fernando deixava acordado que sua filha, D. Beatriz, se casaria com João I de Castela. Porém, para evitar uma possível união dos reinos, D. Leonor Teles ficaria no poder do trono português enquanto D. Beatriz não tivesse idade para reinar.

Diante desse cenário, Leonor Teles governaria Portugal durante, pelo menos, 15 anos tendo como aliados seu genro e João Fernandes Andeiro, 2º Conde de Ourém e amante da rainha. As motivações para o descontentamento da população portuguesa, principalmente da burguesia, eram diversas, mas levemos em consideração dois fatores importantes: João I de Castela, mesmo contando apenas com o recente casamento com D. Beatriz, autointitulava-se rei de Castela e de Portugal. O responsável por acordar esse casamento havia sido o Conde Andeiro, o qual realizou importantes manobras diplomáticas durante o reinado de D. Fernando no contexto dos conflitos com Castela. Em vista da ameaça que representava para a permanência da independência nacional, em 6 de dezembro de 1383 (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 156), João Fernandes Andeiro foi morto por João I de Avis, personalidade que passará a ser alvo de nossa atenção.

De tal maneira se agudizavam as tensões que este último veio a ser morto às mãos de D. João, o mestre da ordem militar de Avis, no final de 1383 (6 de Dezembro), apenas um mês e meio após o falecimento de D. Fernando. Este episódio, bem como a intensa revolta popular que alastrou em Lisboa e noutros locais, terá sido decisivo para que Leonor Teles pedisse auxílio a Juan I, a fim de garantir a continuação da regência. Ainda no mês de Dezembro, concretizou-se a invasão castelhana, comandada pelo próprio monarca. Em Janeiro de 1384, Leonor Teles renunciou à regência, em favor da sua filha e do rei de Castela. (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 156)

Nesse cenário de possível perda de autonomia, João, Mestre de Avis, tornou-se bastante popular por ter contido a ameaça que o conde de Ourém representava para o governo de Portugal e, por isso, passou a receber apoio político. Ele era filho bastardo do rei D. Pedro I de Borgonha, logo, não tinha direito ao trono segundo o direito monárquico. Mas como D. João conquistou o título de mestre? Aos 7 anos de idade, o filho bastardo de D. Pedro foi nomeado pelo pai mestre da Ordem de Avis, uma rica e poderosa ordem militar. Essa estratégia era muito comum na época, pois permitia que a coroa tivesse mais poder sobre as organizações militares do reino, garantindo apoio e segurança aos membros da realeza.

Após o assassinato do Conde Andeiro pelas mãos de Dom João, os apoiadores do Mestre de Avis espalharam o boato de que ele é quem corria perigo, o que ocasionou a manifestação de populares que também apoiavam as ações de João de Avis. Essa dinâmica ocasionou a nomeação de João I de Avis, em dezembro de 1383, como “Regedor e Defensor do reino” e a sua primeira ação foi reorganizar as forças disponíveis para combater a invasão castelhana no território de Portugal.

As faíscas entre Portugal e Castela são anteriores à aflição do povo português frente à possibilidade de ser governado por monarcas castelhanos. Portugal tinha consciência de sua

pequenez territorial e militar, mas a monarquia lusa instaurada desde Dom Afonso Henriques, em 1149, consolidava os seus domínios e sua distinção de Leão e Castela. Em razão disso, apegar-se ao território era uma maneira de se proteger e garantir que houvesse consistência e tradição em seus governadores legitimamente portugueses. Castela contava com um território significativamente maior do que o de Portugal e durante anos as duas nações se envolveram em conflitos dessa natureza, em que os castelhanos buscavam invadir as fronteiras portuguesas e os portugueses lutavam pela permanência no continente europeu como um território independente. O prestígio popular com que contava João de Avis intensificou-se após a vitória triunfal, ao lado das tropas inglesas, na Batalha de Aljubarrota em 14 de agosto de 1385.

A «Batalha Real», como a designou Fernão Lopes, traduziu-se num enorme sucesso para o campo português e numa pesada derrota para o rei de Castela, que aí perdeu milhares de homens. No confronto directo entre os dois monarcas, D. João I de Portugal, aclamado cerca de três meses antes nas Cortes de Coimbra, levou a melhor sobre o seu homólogo invasor e passou uma prova decisiva. (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 160)

Nesse cenário, a Batalha de Aljubarrota foi consequência da crise sucessória que Portugal estava enfrentando, pois João I de Castela enxergava na crise portuguesa a possibilidade de invadir Portugal e assumir o trono que acreditava ser seu por direito legítimo devido ao seu casamento com Dona Beatriz.

Após enfrentar a frota castelhana na batalha do Tejo, em 18 de julho de 1384, a frota portuguesa conseguiu desembarcar no porto de Lisboa, levando alimento para os soldados que impediam os castelhanos de penetrarem as barreiras que cercavam Lisboa. De maneira gradual, as tropas castelhanas enfrentaram crises de escassez de alimento e de saúde por conta da Peste Negra que se alastrava. Apesar desses fatores apresentarem o cenário desfavorável que os invasores enfrentavam, no dia 10 de agosto, a comando de João de Castela, as tropas castelhanas marcharam rumo à conquista do território português sem saber que à sua espera estavam armadilhas pensadas por Dom Nuno Álvares, o principal comandante militar português. A vitória foi a prova que portugueses precisavam para voltar a ter convicção em sua soberania. Após o conflito, Dom João I de Avis, que até então havia assumido o poder regente, mas permanecia sem ser reconhecido oficialmente como rei, desenvolveu diplomáticas relações com a Inglaterra, o que lhe rendeu o reconhecimento inglês da nova dinastia e a possibilidade de uma outra “opção atlântica” (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 161).

Além das crises que assolavam o Ocidente, como a pandemia de Peste bubônica e o declínio do sistema feudal, Portugal enfrentava a maior inflação da História agregada à pobreza em recursos naturais e agrícolas do país. Era necessário, portanto, reação rápida a fim de evitar

a decadência pelas crises internas ou a absorção territorial por parte de seus vizinhos. A miséria da população portuguesa provava que ter vencido a guerra não os livrara de ter que lutar para sobreviver. Diante desse cenário, Portugal enxergou a expansão territorial como a resposta para os problemas que enfrentava e o caminho que se mostrava mais viável era retomar o combate e as conquistas, agora em direção aos territórios dominados pelos muçulmanos.

O retomar do combate e da conquista, reatando as iniciativas bélicas contra os muçulmanos, era a alternativa mais viável. Entre as possibilidades que daí resultavam estava a tomada do reino islâmico de Granada ou de cidades do Norte de África. A opção acabaria por recair sobre Ceuta, um importante e estratégico porto marroquino. O forte apelo do mar Oceano voltava a fazer-se sentir. Mais do que um obstáculo, o mar era um caminho. E, espalhando-se pela extensa costa portuguesa, o mar não era um terrível desconhecido. Bem podia ele deixar de ser o limite em que terminavam, a ocidente, o reino e a Cristandade. Tornar-se-ia, assim, uma nova e promissora passagem. E o tempo diria até onde seria possível chegar. (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 164)

Adentrar o continente era impossível sem que outros conflitos fossem gerados, portanto, era necessário buscar em outro lugar o que não havia em casa. Eduardo Lourenço (1978, p. 95), em *Labirinto da saudade*, entende que os portugueses rumaram mais do que para a emigração concreta para a “emigração simbólica”, a qual contribuiu para a construção de mitos acerca da História de Portugal. No imaginário luso, a emigração simbólica é responsável pela exaltação das histórias que falam sobre o protagonismo português na expansão marítima, reafirmando a imponência da nação devido às conquistas territoriais. Já no imaginário dos povos colonizados, a emigração simbólica reforça a diferença na qual se baseia o discurso colonial, destacando a superioridade dos portugueses em relação à população das colônias, além de nutrir a ideia de que a metrópole, por ser centro de uma nação de feitos grandiosos, pode proporcionar condições de vida superiores às oferecidas pela colônia.

Aventura de pobre é sempre a dos que buscam em longes terras o que em casa lhes falta. Contudo não se ganha nada, a não ser contribuir para novos mitos, pouco inocentes tanto sob o plano cultural como político, em unir ou assimilar o que a História separou e continua separado. A «emigração simbólica» [...] foi expansão, conquista, descoberta, gesta desmedida de pequeno povo convertido em ferro de lança da burguesia empreendedora e mundialista do Ocidente. Foi um fenómeno imperialista, ao mesmo tempo religioso e cultural, de absoluta boa consciência, como os tempos pedem sempre aos que têm meios para os levar a cabo, exemplo ímpar de energia vital e histórica. (LOURENÇO, 1978, p. 95- 96)

A cidade de Ceuta, devido ao importante e estratégico porto marroquino, tornou-se alvo de Portugal. O mar que separa os continentes Europa e África era mais do que um obstáculo;

todavia, representava novas possibilidades de vitórias. A expedição para Ceuta começou a ser preparada em 1412 e, no final de julho de 1415, mais de duzentas embarcações com mais de 20 mil combatentes seguiram rumo ao destino além-mar. Em 22 de agosto Ceuta foi conquistada e, inconscientemente, Portugal iniciava sua trajetória como principal país na expansão ultramarina, fato que marcará profundamente a história do país e da população. Em 1415, discurso identitário, político, religioso e econômico começam a se interseccionar.

É curioso notar que os levantamentos históricos relativos às primeiras conquistas portuguesas começaram a acontecer em 1434 durante o reinado de D. Duarte, sucessor de Dom João. Aquele monarca financiou um grande empreendimento de natureza historiográfica com o objetivo de documentar a História sobre o reino de Portugal. Ocupando o cargo de cronista-mor do reino, Fernão Lopes (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 165) ficou responsável pela escrita de crônicas retrospectivas sobre os reis portugueses até D. João I.

1.1 Uma História de conquistas

Nesta seção, discutimos aspectos ligados ao conceito de identidade nacional, bem como os efeitos da criação da mitologia portuguesa propagada também pela literatura. Para isso, é relevante compreender a importância de escritores como Fernão Lopes e Luís de Camões, no que diz respeito à exaltação da história portuguesa e, em específico, das conquistas lusas.

Sabendo que as crônicas de Fernão Lopes sobre o passado português foram encomendadas por Dom Duarte, então, entendemos que pensar a história de Portugal significa pensar também sobre uma encomenda, visto que o trabalho do cronista-mor do reino inaugura a historiografia portuguesa. Quais as motivações e o propósito de tal encomenda? Pensemos da seguinte maneira: Portugal acabara de passar por uma crise de sucessão, vivia em alerta, com medo de perder a autonomia política de seu pequeno território e tentava reconstruir-se sobre as ruínas dos conflitos armados, com um povo ferido e faminto. Era necessário contar a história de outra maneira, uma mais elegante e menos dolorida. Nuno Gonçalo Monteiro, Rui Ramos e Bernardo Vasconcelos e Sousa (2009, p. 165), em *História de Portugal*, ao pensar sobre a nomeação de um cronista-mor, aponta o alto investimento

[...] quer em termos financeiros quer em termos políticos, que a realeza fez na elaboração de determinada visão ou versão da História do reino. Neste sentido, a obra de Fernão Lopes [...] pretende registrar e fazer prova dos factos que são considerados dignos de memória que têm o rei como protagonista; mas além de documento é também um *monumento*, uma vez que celebra e pretende fixar de modo perene uma marca de exaltação dos feitos régios.

Houve, portanto, a intenção de construir um passado glorioso capaz de legitimar os feitos da coroa. Trata-se de um trabalho com a memória, uma vez que a escrita é capaz de documentá-la podendo carregar algumas figuras de pensamentos capazes de influenciar a interpretação daqueles que leem e que ouvem sobre esses registros. Se o objetivo de Fernão Lopes era exaltar os feitos régios, não faltaram hipérbatos na narrativa construída sobre o reino de Portugal. Dessa forma, faz-se necessário ponderar sobre as consequências de uma memória que foi, de certa maneira, forjada, pois começou a ser construída com propósitos bem definidos em relação às influências a que pretendia submeter o imaginário da população portuguesa.

A ascensão de João de Avis ao trono, segundo o direito monárquico, tratava-se de um absurdo por ele ser filho bastardo de Dom Pedro I. Devido a esse fato, era necessário assumir um posicionamento para narrar a História capaz de legitimar o governo de João, Mestre de Avis, perante àqueles que não reconheciam seu direito ao trono. Encarregado de escrever crônicas sobre o passado português desde a formação da Dinastia de Avis, Fernão Lopes cria a narrativa com o objetivo de justificar o governo de João I de Avis por meio da ideia de o povo que defendia a permanência de João I no trono expressava a vontade divina. Esse discurso que legitima movimentações políticas também é recorrente quando falamos sobre o início das grandes navegações.

Em *Os Lusíadas*, publicado em 1572, Luís de Camões, no Canto I, justifica as ações dos portugueses com o argumento de que a expansão marítima era a alternativa para disseminar a fé cristã, apresentando como apoiadores das tropas portuguesas figuras divinas como Marte, deus da guerra. Na primeira estrofe do épico, o narrador exalta a força do povo português, além de colocá-lo como protagonista - por intermédio da personagem Vasco da Gama - da ação expansionista:

As armas e os barões assinalados,
 Que da ocidental praia Lusitana,
 Por mares nunca de antes navegados,
 Passaram ainda além da Taprobana,
 Em perigos e guerras esforçados,
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram. (CAMÕES, 1910, p. 1)

O uso dos verbos na terceira pessoa do plural indica que o herói do poema não é individual, mas coletivo. Vasco da Gama, navegador português responsável pelas primeiras expedições que partiram da Europa rumo às Índias, representa toda a nação portuguesa sob a

premissa de que esta foi escolhida pelos deuses para iniciar a exploração marítima. As conquistas lusas, como a passagem por Taprobana, são usadas como exemplificação da força do povo português, uma vez que dependem de uma capacidade de enfrentamento maior do que o ser humano é capaz de atingir. Dessa maneira, a edificação do “Novo Reino”, que durante tanto tempo foi exaltado no imaginário da nação, é posta como resultado dos esforços dedicados à expansão territorial.

A memória nacional é coletiva, não diz respeito a apenas um indivíduo e, ao ser recontada, reconstitui o que se foi, em passados distantes, com base no que se é ou no que se deseja ser futuramente. A narrativa camonianiana possui objetivos em comum com as crônicas escritas por Fernão Lopes, uma vez que a memória do passado, os desejos do presente e as ambições para o futuro da nação lusitana perpassam essas criações, apresentando a História a partir da perspectiva portuguesa.

Na estrofe seguinte, o narrador recorre à memória de antigos reis portugueses que foram importantes figuras na expansão do cristianismo. É interessante notar a escolha dos termos “memórias gloriosas” e “obras valerosas” em contraste com a descrição de África e de Ásia enquanto “terras viciosas”, marcas do discurso colonial que ecoa também nas criações literárias:

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis, que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando;
E aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte. (CAMÕES, 1910, p. 1, grifos nossos)

Nessa estrofe, os reis portugueses responsáveis pela expansão do cristianismo e do domínio imperial são apontados como autores das “memórias gloriosas” do povo lusitano, uma vez que levaram a África e Ásia- *as terras viciosas*- valores portugueses, portanto, superiores. O narrador afirma, ainda, que os protagonistas desses feitos grandiosos- os portugueses- não sucumbem às leis da morte, seja pela magnificência de suas conquistas, seja pelo resgate dessas memórias por meio da literatura.

A mitificação do passado português foi um longo processo que atravessou séculos e influenciou também estratégias políticas contemporâneas, como é o caso da literatura colonial do período salazarista, que ganhou força com a ascensão do discurso colonial da década de 1930. As crônicas de Fernão Lopes e a publicação de *Os Lusíadas*, que aconteceu mais de um

século depois, são fatores marcantes quando nosso objetivo é compreender as raízes da construção identitária portuguesa baseada na glorificação das memórias do Império.

A memória é reflexiva, portanto, carrega consigo as percepções individuais relativas aos momentos memorados. As memórias do Império, por serem coletivas, acolhem concepções de indivíduos e de como os sujeitos se veem, inspirando padrões de comportamento e de cultura tanto na metrópole quanto na colônia. Por esse motivo, optamos por ouvir a história que ecoa na memória portuguesa antes de pensar sobre a construção da identidade dos indivíduos que tiveram contato com ela, uma vez que o discurso colonial, por ser importante instrumento de manutenção das relações de poder, recorre às lembranças para demarcar as diferenças entre indivíduos, além de influenciar a visão que estes têm sobre si.

2 ENTRE FICÇÃO E FATO: AS RAÍZES FICCIONAIS DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

Perspectivando as relações entre literatura, história e identidade, recorreremos às três concepções de identidade propostas por Stuart Hall (2021), em *A identidade cultural na pós-modernidade*, pois, com base nelas, estudamos os efeitos da construção identitária sobre o povo português do século XX a partir da narrativa mítica responsável por estruturar o imaginário lusitano. A primeira definição de identidade apresentada por Stuart Hall é a de *sujeito do Iluminismo*, que se baseia na ideia individualista de que a identidade está localizada no núcleo interior de cada pessoa, estando presente desde o nascimento até a morte, desenvolvendo-se com o indivíduo, ainda que permanecendo a mesma independente dos fatores externos. A segunda recorre à noção de *sujeito sociológico*, em que o indivíduo reflete as condições do mundo onde vive e sua consciência sofre forte influência de suas relações com outras pessoas. A identidade, na perspectiva do sujeito sociológico, “é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2021, p. 11), fazendo com que a essência interior do indivíduo seja modificada pelo diálogo contínuo com os mundos exteriores.

Essa noção de identidade tornou-se problemática devido ao grande número de influências que sofre o sujeito pós-moderno, por isso Stuart Hall (2021, p. 12) afirma que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”. É nesse contexto que a concepção de *sujeito pós-moderno* surge para dar conta dessa identidade móvel, formada continuamente pelas relações estabelecidas entre nós e as diferentes culturas que nos rodeiam. A identidade do sujeito pós-moderno não é uniforme. A identidade passa a ser, então, construída historicamente e por isso entra em conflito com outras identidades presentes no mesmo indivíduo. Stuart Hall defende que

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13)

2.1 Hiperidentidade portuguesa e imaginação de centro

No capítulo anterior, apresentamos acontecimentos marcantes da história de Portugal, como o começo da expansão marítima por iniciativa de D. João I, filho bastardo de Pedro I e fundador da Dinastia de Avis. Tais acontecimentos serviram de base para a produção da

mitificação histórica acerca do destino português. Desde a Batalha de Ourique argumenta-se sobre os portugueses serem um povo escolhido por Deus. Travestiu-se, assim, a expansão (mais mercantil do que efetivamente religiosa) pelas lentes do mando divino. A colonização também ampliou os domínios portugueses no campo identitário, uma vez que os povos originários das terras invadidas tinham suas culturas contestadas com base nos costumes portugueses. Análogo à expansão marítima vem, pois, o colonialismo, que estabelece dicotomias entre desenvolvidos e bárbaros, modernos e selvagens. Por essa razão, neste capítulo, refletimos sobre os problemas ocasionados pela glorificação da história colonial, a qual gerou manifestações identitárias que chegam ao contemporâneo.

A memória nacional, por ser coletiva, não trata de histórias individuais e, ao ser relembada, restabelece o que se foi, em outros tempos, com base no que se é ou no que se deseja ser futuramente. Eduardo Lourenço (1994), em *Nós e a Europa ou as duas razões*, afirma que o caso português não se trata de crise identitária, em que o que gera terror é a indefinição de si; pelo contrário, Portugal possui uma consistente definição de si, sobre seus costumes e sobre o que é ser português. O conflito identitário dos portugueses não está ligado à definição que eles têm de si, mas ao estado *diferença* que os caracterizam como portugueses, problema este denominado por Eduardo Lourenço como *hiperidentidade* (LOURENÇO, 1994, p.10).

A hiperidentidade portuguesa, portanto, ampara-se nas memórias do Império, que assumem caráter messiânico por servirem de referência para o presente além de sustentarem horizontes míticos para o futuro. A história do povo lusitano possui vários rostos, por isso pode ser contada a partir de diferentes pontos de vista. Acontece que a perspectiva que coloca os portugueses como heróis e, por isso, merecedores do devido reconhecimento, insiste em delimitar os sentidos produzidos pelas narrativas coloniais. As ações executadas pelo Império português, ao serem narradas retroativamente, adquirem novos sentidos por fazerem parte da memória coletiva da nação. Desse modo, a hiperidentidade portuguesa se sustenta nas lacunas semânticas da historiografia, selecionando, por meio do discurso, os momentos de maior importância para evocar os sentidos desejados a fim de conservar seus efeitos sobre o imaginário na população.

A imagem de Portugal constrói-se a partir do outro, ou seja, a definição sobre o que é esse Império e seu povo começa a existir quando há a identificação do outro e o reconhecimento de suas diferenças. A identidade portuguesa, então, resulta das diferenças identificadas nos outros. Ou seja, ela se constrói pela alteridade tanto em relação às colônias, quanto em relação a outros países europeus. Há, portanto, trânsito entre identificações pessoais, nacionais e globais.

Na segunda metade do século XIX, a Europa, de maneira geral, viu-se diante da necessidade de encontrar novos mercados e novas fontes de matérias-primas. O continente africano, que já contava com a presença do Império português em regiões como Angola e Moçambique- porém o Brasil permanecia sendo o maior subsidiário de Portugal-, acabou tornando-se alvo do forte expansionismo europeu.

Ninguém teria alguma vez previsto uma crise política em Portugal por causa dos restos africanos do seu velho império. Até à década de 1850, os portos portugueses em África ainda viveram do tráfico de escravos, já clandestino [...] talvez por isso, a abolição da escravatura entusiasmou pouca gente e levou a uma “libertação a conta-gotas” [...] A hipótese do “Brasil africano” nunca conseguiu sobrepor-se à realidade de uma costa de África à qual, com a sua terrível mortalidade, ficava melhor a legenda de “sepulcro do europeu” [...] (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 605- 606, grifos do autor.)

As expedições portuguesas no território africano tiveram um aumento considerável a fim de estudar as possibilidades e os caminhos que deveriam ser seguidos para ligar a costa angolana à costa moçambicana, o que proporcionaria acesso irrestrito, para Portugal, aos oceanos Atlântico e Índico, garantindo a soberania lusitana sobre as rotas marítimas.

Por volta de 1870, a influência portuguesa recuou em Moçambique e em Angola, perante potentes indígenas agressivos. Desde então, porém, as explorações e ocupações patrocinadas por outras potências europeias puseram África na moda. [...] Acima de tudo, porém, foi por África que começou a passar o modo de encaixar Portugal no concerto europeu. João Andrade Corvo, ministro dos Negócios Estrangeiros de Fontes Pereira de Melo (1871-1877), propôs-se abrir Moçambique (e também Goa) ao comércio e navegação ingleses. Era um meio de desenvolver os territórios, mas sobretudo de consolidar a aliança inglesa [...] (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p. 606)

As tropas portuguesas deram início à tentativa efetiva de ocupação dessa faixa territorial que liga as duas costas, porém foram surpreendidas pela disputa colonial com a Inglaterra, que também tinha interesses na ocupação do território africano. Em resposta à persistência portuguesa no que diz respeito a colonização africana, a Inglaterra enviou o telegrama ao Governo Português que exigia a retirada imediata das tropas portuguesas dos territórios entre Moçambique e Angola no ano de 1890, momento esse que ficou conhecido como o Ultimato Britânico.

Desenvolveu-se assim a tese de que Portugal deveria salvaguardar os seus interesses, não através da “aliança inglesa”, mas de múltiplos contactos internacionais. O Governo de Lisboa fez cedências à França na Guiné e à Alemanha no Sul de Angola, em troca do reconhecimento por essas potências de um direito ao sertão entre Angola e Moçambique, que a Inglaterra logo contestou. O que se pretendia com o “mapa cor-de-rosa” (cor das áreas

reivindicadas por Portugal no mapa)? Um império de costa a costa? Ou, simplesmente, proclamar o fim da “tutela inglesa”? [...] Uma e outra coisa irritaram a Inglaterra, que a 11 de Janeiro de 1890 exigiu a retirada portuguesa. (MONTEIRO; RAMOS; SOUSA, 2009, p.607, grifos do autor.)

O “descobrimento” de um novo mundo pelos portugueses trouxe à tona questões sobre a identidade e sobre a identidade europeia, que se firmou perante a oposição à identidade dos “outros”, baseando-se na diferença.

Em *Uma História de Regressos*, Margarida Calafate Ribeiro (2004) aponta que a Europa representava um centro de cultura, poder e identidade face a esse “outro” colonizado sobre o qual foram construídas diversas metáforas de contraste que embasaram políticas da diferença.

A ideia portuguesa da Descoberta, [...] trazia de uma forma inequívoca, como tem sido apontado por vários críticos, a questão da identidade- a identidade dos europeus e a identidade dos “outros” e particularmente dos europeus por oposição os “outros”. Como resultado imediato, ao proporcionarem o encontro com o “Outro”, os Descobrimientos, na sua elaboração europeia, proporcionaram a definição da Europa como centro de identidade (Ramalho, 1993: 96), de poder e de irradiação cultural face a esse “Outro”, que os europeus interpretaram, imaginaram e construíram em sucessivas metáforas de contraste, conforme as épocas e as respectivas percepções políticas da diferença. (RIBEIRO, 2004, p. 21)

Desse modo, a missão civilizadora cristã, por mais que no início apresentasse o discurso da evangelização, da disseminação da fé cristã com o objetivo de levar a salvação para outros povos, sempre pressupôs a superioridade cultural, religiosa e racial do Ocidente (RIBEIRO, 2004, p.23), porém tal justificativa foi passível de modificações com o passar das épocas, ganhando novas nuances e, conseqüentemente, novas estratégias para atingir a população das colônias. Embora os anos passassem, novos saberes surgissem e novos caminhos se abrissem, o objetivo europeu com a colonização permanecia sendo o mesmo: por meio da assimilação cultural compulsória, a qual foram submetidas as colônias europeias, as nações colonizadoras buscavam o ideal de cultura universal, obviamente, centrada no ideário europeu.

Mesmo que o modelo social, cultural e epistêmico europeu fosse, nesse contexto, entendido como universal, é erro supor que o tratamento destinado às colônias era único. Enquanto no Oriente a cultura europeia foi imposta no âmbito político, administrativo e comercial, reconhecendo e respeitando as tradições locais, as colônias africanas, devido à forte ligação que tinham (para os europeus) com imagens de escravos e selvagens, tiveram que enfrentar condições sub-humanas de tratamento e políticas de apagamento cultural, pois, segundo o discurso científico da época encontrado em obras como a do francês Arthur de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853), tratava-se de um povo

biologicamente inferior e sem relevância na história do mundo, passível e merecedor de qualquer atitude, por mais desumana que fosse, que encontrasse justificativa no discurso da colonização. Conseguimos encontrar vestígios deste pensamento na literatura que lhe é anterior, como em *Os Lusíadas*, que retrata os africanos como estranhos de “linguagem tão bárbara e enleada.” (CAMÕES, 1910, p. 10). Essa visão acerca dos povos africanos, portanto, foi capaz de fixar a diferença entre eles e os europeus, além de justificar “o olhar político e econômico da Europa sobre a África” (RIBEIRO, 2004, p. 23).

A reverberação das divergências entre os europeus e o “Outro” sustenta ideias de centralidade a partir do contraste das diferenças. Ao analisarmos os rostos que o álbum de fotografias da História nos apresenta, percebemos que eles têm características em comum que são usadas como ferramentas de manutenção de poder. Apontar o “Outro” como bárbaro e elaborar científicisms racistas são atitudes que consolidam a ideia de superioridade presente no escopo europeu, contribuindo para o avanço do imperialismo em “terras viciosas” sem que a violência- física e epistêmica- entre em discussão. A valorização do próprio ocorre pela desvalorização do alheio, enquanto o olhar que inferioriza o “Outro” “passa dos sujeitos para as terras que habitam, impondo uma ordem política e religiosa baseada na ‘nossa’ superioridade [...]” (RIBEIRO, 2004, p. 22).

Ao longo do século XIX, intensifica-se o colonialismo europeu no continente africano. Inglaterra, França, Alemanha, entre outros países do velho continente, mobilizaram-se com o objetivo de demarcar domínios no território africano. Houve uma intensa atividade diplomática para que o continente fosse dividido colimando na Conferência de Berlim, em 1884-85, tal qual se divide um pão entre esfomeados que já estão de barriga cheia, mas não querem ser prejudicados. O ponto é que, independentemente da nacionalidade, o Imperialismo do século XIX foi marcado pelas teorias científicas racistas que justificavam a hierarquização das raças e, em consequência disso, possibilitavam a criação de um novo discurso, agora não mais pautado na salvação dos povos selvagens, mas sim na promoção da civilização para esses povos supostamente atrasados (RIBEIRO, 2004, p. 24).

Diante da disputa pelo território africano com países como Inglaterra e França, principalmente, após o Ultimato Britânico, em 1890, Portugal, que não possuía tantos recursos militares e financeiros quanto seus vizinhos, questiona suas imagens de centro para ressaltar os ecos de um (ficcional) passado glorioso expansionista à medida que ressalta um direito histórico. A nação lusa apresentava um papel ambíguo para si e para os outros, pois se enxergava precursora da abertura europeia para o mundo enquanto encontrava-se atrasada em relação aos outros países europeus em diversas questões, tanto de cunho social quanto de caráter

tecnológico do século XIX. Não era um polo de tecnologia, tampouco contava com grandes indústrias. Não possuía interesse para investir na industrialização local e por isso mantinha-se agrário e colonial.

Essa realidade comparativa se fazia presente, por exemplo, via escritos da geração Realista, como Eça de Queiroz e Antero de Quental, no entanto, o que mais o atormentava era a ameaça da soberania portuguesa nos seus territórios africanos. Se há alguns séculos foi possível dar tons de heroísmo para a biografia do povo português, não seria impossível, agora, reerguer-se perante a Europa a partir de um belo discurso, por mais que a literatura ainda oferecesse exemplos de renascimento identitário com base na atitude colonial, como mimetiza o percurso da personagem Gonçalo Mendes Ramires, de *A ilustre casa de Ramires*, obra de Eça de Queiroz. Gonçalo, que era obcecado pela ideia de honrar a memória de sua família, por meio da literatura ou da vida política, desperta para a realidade decadente em que vive. “A ideia de partir para a África [...]” surge como “uma consciencialização sobre a decadência política do país [...]”, colocando o território africano como um “[...] abstrato espaço de fuga de uma realidade decadente, mas também um espaço de expiação e conseqüente regeneração.” (RIBEIRO, 2004, p. 93). Esse exemplo demonstra como os portugueses alimentavam a imagem grandiosa construída pelos feitos régios pretéritos. Portugal defendia sua soberania à medida que precisava reafirmar-se como metrópole e, sonhando mais alto, como centro do ideário colonialista.

Relacionando Portugal e Europa, aquele via-se diante de uma posição intermediária: carregava a herança histórica de ser a nação pioneira na aventura de descobrimentos pelo mundo ao mesmo tempo em que ocupava a posição de periferia da Europa, tanto em relação ao território quanto em relação à capacidade de influência no continente, como demarca Margarida Calafate Ribeiro (2004) em diálogo com Boaventura de Sousa Santos.

É no ponto de equilíbrio entre estas duas imagens - de centralidade e pioneirismo na aventura imperial em relação aos Europeus, e de periferia europeia - que se forma a imagem imperial portuguesa relativamente ao império africano: desproporcionadamente grandiosa no discurso, negociada com o equilíbrio diplomático possível, e verdadeiramente sofrida por aqueles que, na ponta da lança, a foram convertendo em realidade territorial e politicamente negociável. (RIBEIRO, 2004, p. 26)

Nesse ponto de divergência entre periferia e centro, no final no século XIX, as colônias africanas são utilizadas como meio para reconstruir e reafirmar a imagem imperial portuguesa. Afinal de contas, como demarca Paul Ricoeur (2007), em *História, memória e esquecimento*, o excesso de história pode ser um fardo. Excesso de história esse qualificado pela mistura entre

fatos, ficções e hiperidentidade advindas da interpretação de dados históricos. A exaltação desse discurso baseia-se na obsessão pelos elementos fictícios da narrativa nacionalista que, no caso de Portugal, servem para contornar a posição de fragilidade e dar lugar à imagem de centro universal “de onde irradiam princípios, leis, fundamentos, modelos, saber e poder” (RIBEIRO, 2004, p. 27). Quanto maior a fragilidade, mais inflamado é o discurso pregado sobre si, o que resulta na troca da imagem real pela fictícia e possibilita a criação de imagens de centralidade. Em decorrência desse mito interior, processa-se a reformulação permanente do presente português concreto e empírico, por isso nem a consciência da decadência é capaz de alterar esse dado fundamental da consciência nacional.

É essa *existência imaginária* [...] que mais do que tudo nos explica que o Portugal moderno [...] tenha vivido a sua mais modesta existência e mesmo a sua factual mutilação, sem traumatismo histórico e cultural notórios. [...] Em qualquer entidade transnacional que pensemos, figuraremos sempre com uma *identidade*, que é menos a nossa vida e capacidade colectiva própria, do que essa de actor histórico privilegiado da aventura mundial europeia. (LOURENÇO, 1994, p. 11)

O problema português passa a existir quando o apego às imagens de centro dá lugar à *imaginação de centro*, que toma como realidade as imagens que são produzidas com base na saudade que sentem do que um dia (supostamente) foram e fizeram. A imaginação de centro, segundo Margarida Ribeiro Calafate (2004), é resultado da descentralização do centro português no momento da escrita história de Portugal, que se coloca fora do eixo europeu e metropolitano, apresentando outros centros geográficos, mentais e ficcionais traçados em continentes como África e América.

A imaginação de centro levou ao desenvolvimento da identidade pluricontinental portuguesa, que tem como base o sentimento de diferença em relação a outros europeus e aos povos das colônias, além de dar lugar a “um discurso fundador de uma identidade baseada no conhecimento do novo mundo e da centralidade de Portugal neste processo” (RIBEIRO, 2004, p. 32). Partindo dessa perspectiva, analisar o discurso colonial português nos permite observar de que maneira a *hiperidentidade* portuguesa atingiu os povos africanos, silenciando suas línguas, suas tradições, além de suas definições sobre si.

Homi Bhabha (2012), em *O local da cultura*, define o discurso colonial como mecanismo de poder que se apoia no conhecimento e no repúdio das diferenças entre colonizador e colonizado. Isso quer dizer que a manutenção do poder colonial se dá por meio do reconhecimento e da rejeição das diferenças entre colonizador e colonizado. Para o autor, o objetivo do discurso colonial é “apresentar o colonizado como uma população de tipos

degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2012, p. 111). É certo, portanto, afirmar que Portugal utilizou o discurso colonial para fixar no imaginário dos povos colonizados a imagem de centro que os portugueses nutriam sobre a nação, apresentando a narrativa da História portuguesa de maneira grandiosa em consonância com a inferiorização das culturas e das tradições dos povos originários da África.

Devido às condições históricas e geográficas, a História de Portugal teve que ser construída fora da Europa, fator que acentuou sua afirmação oceânica, mas que criou a imagem de um império suspenso sobre o mar, disperso, flutuante. Portugal era um centro grandioso, por mais confuso que pudesse parecer pela dispersão de suas terras, devido à magnitude do território conquistado, porém encontrava-se à margem do mundo europeu e era protagonista de uma dependência para com suas colônias que mais parecia ser o país colonizado ao invés do colonizador. A ambiguidade desses discursos gerou o imaginário de duplicidade caracterizado por ideias de centro e de periferia, onde a posição que ocupa a nação portuguesa depende do referencial, mas nunca expõe totalmente a realidade portuguesa a partir da perspectiva de periferia, talvez por hábito, talvez por vaidade. A reflexão sobre identidade e a imaginação de centro a partir do caso português demonstra a não fixidez de lugares, por sua vez, os trânsitos existentes entre centro e margem, uma vez que certos atores ora ocupam o centro, ora a periferia, como evidencia o percurso de Aquiles e Cartola, personagens de *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida (2018). Percebemos como desde o título a relação de transitoriedade entre espaços e identidade se faz presente.

3 LUANDA, LISBOA: PARAÍSO?

Após o Ultimato Britânico, em 1890, o discurso autoritário, nacionalista, conservador e colonialista ganha força em Portugal. Esse implicou (a.) na Proclamação da República, em 5 de outubro de 1910 e (b.) no Golpe de 28 de maio de 1926. Em 1933, António Salazar foi indicado para a posição de Chefe de Governo, fator que possibilitou o estabelecimento do Estado Novo português - regime autoritário que durou até 1974, quando acontece, em 25 de Abril daquele ano, a Revolução dos Cravos. Além de perseguir a oposição e centralizar o poder, o Estado Novo de Salazar tinha como objetivo manutenção do império colonialista sobre os territórios africanos a fim de amenizar as pressões internas que sofria. Para evitar o surgimento da classe operária e a conseqüente luta de classes, António Salazar manteve Portugal à margem da industrialização, por isso o mercado ultramarino foi tão importante para a manutenção do regime fascista português.

Entre as ações promovidas pelo Estado Novo com o objetivo de divulgar o universo português, a literatura ganhou destaque por possibilitar maior conhecimento da metrópole sobre a realidade em África. Segundo Margarida Ribeiro Calafate, em *Uma História de Regressos*, a mediatização do “mundo português” visava ao estímulo do comprometimento da população na construção “do Portugal d’além-mar” (RIBEIRO, 2004, p. 137). O Estado Novo, portanto, mobilizava-se para divulgar a literatura colonial - que lhe era proveitosa - e censurava obras que não estivessem de acordo com sua ideologia, controlando, por meio da exclusão, o acesso dos portugueses da metrópole à realidade das colônias africanas. No entanto, a autora diz que “[...] se entendermos por literatura colonial um *corpus* de obras de imaginação, focalizando experiências e percepções do mundo colonial [...] em Portugal esta literatura constitui um aspecto marginal do imaginário literário.” (RIBEIRO, 2004, p. 137).

A literatura colonial estava à margem das produções portuguesas mesmo contando com os incentivos da ditadura salazarista, enquanto a literatura da metrópole limitava-se a fazer poucas referências sobre África. Por essa razão, a produção literária que tratava de temas relacionados à vida nas colônias africanas limitou seus autores a esse recorte e, com o passar dos anos, ligaram-se a “nomes sem contrapeso no mundo literário metropolitano.” (RIBEIRO, 2004, p. 137). Margarida Calafate Ribeiro (2004) aponta a importância de refletir sobre esta literatura devido ao protagonismo que lhe foi incumbido, no que diz respeito à construção da imagem de Portugal como centro do Império, ao mesmo tempo que deixava evidente a ambigüidade entre essa imagem e a ideologia por trás dela. A autora verifica, ainda, que a imagem imperial construída pela literatura metropolitana começou a se afastar da imagem

transmitida pela literatura daqueles que tiveram vivência africana e, mais adiante, ambas entraram em conflito com as diferentes percepções sobre África geradas na própria colônia, principalmente, a partir da década de 1960, quando se inicia as guerras pela independências das colônias portuguesas.

Se a História colonialista era construída pela ideologia eurocêntrica, a História pós-colonialista, com suas rasuras e adições, seria feita por aqueles que sofreram os impactos do discurso colonialista. Afinal de contas, como demarca o narrador de Djaimilia Pereira de Almeida (2019, p. 148): “A história empurrou-os para uma margem”. Assim, autores africanos ou descendentes de africanos redefiniram as imagens do continente por meio de narrativas que contam a “história da apropriação do território, entre aventuras de colonização e tristes destinos de emigração.” (RIBEIRO, 2004, p. 137). É neste contexto que autores afro-portugueses, que tiveram contato com a vida colonial africana, como Djaimilia Pereira de Almeida, apresentam histórias de personagens que também sentiram na pele o discurso colonialista.

Djaimilia Pereira de Almeida nasceu em Luanda, em 1982, e cresceu em Portugal, nas proximidades de Lisboa. Com o fim da ditadura salazarista e das guerras coloniais, muitos dos antigos colonos foram expulsos pelos governos das ex-colônias e o novo governo português se viu tendo que lidar com expressivo contingente de retornados. Essa fato ajudou a redimensionar espaços e memórias portuguesas à medida que novas narrativas surgiam e abalavam identidades. A autora em estudo aborda a questão dos *retornados*, por conseguinte, o entrelugar que esses ocupam na sociedade de então, uma vez eles que não eram nem visto como angolanos, moçambicanos e nem como portugueses. Cabe destacar que duas outras autoras - também da novíssima ficção portuguesa - igualmente abordam essa questão, quais sejam, Dulce Maria Cardoso, em *O retorno*, e Isabela Figueiredo, em *Caderno de memórias coloniais*. Adotando estratégias discursivas que misturam ficção e biografia, sublinha-se que a condição de retornado marca tanto personagens dessas obras quanto a biografia delas. E encontramos a mesma relação entre metrópole e ex-colônias em *Luanda, Lisboa, Paraíso*.

Nela Djaimilia Pereira de Almeida apresenta-nos a trajetória de uma família angolana dividida entre Angola e Portugal após a partida de pai e filho, respectivamente, Cartola e Aquiles, para Lisboa para tratar o calcanhar deste. A emigração, antes vista como a solução para os desafios enfrentados em Luanda, traz maiores problemas para a vida de Cartola e de Aquiles. O acolhimento que eles esperavam da ex-metrópole deu lugar à realidade que os marginalizava.

A história dos Cartola de Sousa começa a ser contada pelo nascimento do filho mais novo, Aquiles, mais especificamente pela malformação de seu calcanhar. A particularidade

física do caçula delinea o futuro de toda a família, ao passo que se identifica as fragilidades envolvidas na construção da imagem de centro. O diálogo com mitologia aponta, portanto, quais e quem são os pontos fracos do discurso colonial português. Há um calcanhar simbólico e concreto enfocado. Cartola e Aquiles partem para Lisboa em junta médica, em uma desventura responsável por descobrir e estreitar os laços entre pai e filho. A metrópole portuguesa, que antes era uma promessa de melhora e utópica enquanto melhor espaço, um sonho mil vezes sonhado por Cartola, mostra-se pouco acolhedora para os imigrantes, porém o desejo de conquistá-la permanece intocado. "Ninguém os esperava no aeroporto, mas era Portugal." (ALMEIDA, 2019, p. 22), o destino que durante quinze anos alimentou as esperanças do pai.

A vida em Lisboa afasta pai e filho dos outros membros da família, quais sejam, de Glória e de Justina, concomitantemente, o processo diaspórico pessoal os afastam das origens, obrigando-os a sobreviverem nas margens de um centro imaginário, que por tanto tempo foi cultivado na imaginação de Cartola que quase se tornou concreto, não fosse pelo encontro com a realidade que a ele estava reservada. Nos primeiros momentos na metrópole, Cartola e Aquiles vivem em uma pensão próxima ao hospital ortopédico, onde Aquiles realiza sucessivas cirurgias com o objetivo de consertar o calcanhar. Não tarda a mudança para a Quinta do Paraíso, lugar que a exclusão lhes reserva na periferia de Lisboa. Curioso é o afeto encontrado em meio à miséria de Paraíso. A solidariedade e a amizade germinam no espaço que à primeira vista parece estéril, provando que nem mesmo a aridez do ambiente é fixa.

3.1 Cartola

Cartola acumula derrotas desde a vida profissional até a intimidade da família. Durante a juventude, ocupava o cargo de chefe de banco do Hospital Provincial de Moçâmedes. Depois, teve que mudar com a família para Luanda, onde se tornou parteiro no Hospital Maria Pia, o que ele considerou uma grande derrota, principalmente, após o nascimento do filho que carregava a condição impossível de ser tratada apenas administrando antibióticos e vacinas. Após o nascimento de Aquiles, duas tragédias marcam o cotidiano dos Cartola de Sousa: a deformidade do filho e o adoecimento da esposa.

Nada podia ter anunciado o que se seguiu ao parto, assistido pelo próprio Cartola. A febre esperou uma semana para aparecer. Primeiro, deu-se uma hemorragia e depois um longo vazio. O apartamento adormeceu. As raparigas passaram a sussurrar e a andar em bicos de pés. Desligou-se a campainha da entrada. Baixaram-se as persianas. Os miúdos já não vinham bater à porta à espera de fatias de bolo. Já não se dançava na sala nem se levavam para casa os namorados. Cancelou-se o mufete de domingo. Não se trançavam as

vizinhas na sala. No quarto, a alma do apartamento ardia em febre e delirava. Ninguém sabia como governar-se sem a batuta autoritária de Glória. Até o andar do marido se tornou descoordenado como se em vez de pés tivesse barbatanas. Apesar da alegria pelo nascimento de Aquiles, os Cartola de Sousa habituaram-se à penumbra e esmoreceram como flores à sombra. (ALMEIDA, 2018, p. 16)

Por meio do narrador onisciente intruso, Cartola nos é apresentado com alto grau de densidade psicológica ao refletir sobre a condição de sua família diante do filho coxo e da mulher Glória, que fica cada vez mais enferma após o parto do caçula. Recorrendo às respostas do divino, o pai perguntava a Deus se o filho, sua falha, seria “um fruto doutras vidas chegado para o assombrar” (ALMEIDA, 2019, p. 8). O pai de Aquiles, em uma de suas visitas ao hospital, recebeu a notícia de que o calcanhar do caçula teria conserto caso ele fosse operado até os 15 anos do garoto, o que aconteceria em 1985. Ou seja, Aquiles nasce em 1970, nos anos finais da guerra de independência, a qual viria terminar em 1975. A família, contente com a notícia, comemorava, com o passar dos anos, a aproximação da idade em que Aquiles seria curado, mesmo que ninguém imaginasse os sacrifícios exigidos para alcançar tal cura.

Enquanto Aquiles crescia, era crescente, também, a paralisia da mãe e a iminência da Independência angolana. Porém, com a demanda de atenção dada à Glória, Cartola tornou-se alheio à situação política de seu país, evitando política “como se evitasse um vagabundo na rua, a ponto de estar capaz de confundir uma granada com a bomba de medir a pressão arterial.” (ALMEIDA, 2019, p. 10). Glória, já de cama, perdida em seus pensamentos, sem saber dizer quem era ou onde estava, conservava na memória as marcas das políticas de assimilação às quais foram submetidas as colônias africanas durante a administração portuguesa, principalmente, depois dos Atos Coloniais de 1930. As imagens de Portugal - semeadas nas colônias - fortaleciam Cartola, ainda que ele permanecesse absorto em angústia; angústias essas intensificadas após efetivamente chegar a Lisboa.

Absorvido pela passagem dos meses na espuma burocrática de um hospital sem recursos, sentindo a cada mês as mãos mais trémulas e uma pressão no peito que ia e vinha ao acaso, o pai imaginava as suas exéquias próximas, assentes na data da nevoenta partida de ambos para Lisboa (viagem com que sonhara uma vida inteira) em junta médica, como se não concebesse que o filho pudesse chegar a caminhar sem espinhos na ausência de algum sacrifício. (ALMEIDA, 2019, p. 13)

Ao chegarem em Lisboa, em 1985, Cartola e Aquiles estabelecem-se na Pensão Covilhã, local humilde próximo ao hospital ortopédico. A hostilidade de Lisboa foi a primeira marca do contato de pai e filho com a metrópole, porém ao pai importava apenas conhecer a cidade cujo mapa foi, durante anos, projetado em seu pensamento. Além da adaptação ao espaço geográfico,

Cartola busca adaptar-se ao português de Portugal treinando, durante a caminhada com o filho, a conjugação de verbos e o uso de preposições. A língua, portanto, possui tanta relevância quanto o mapa da cidade quando o objetivo é adaptação.

A respeito dessa questão, Franz Fanon (1975, p. 33), em *Pele negra, máscaras brancas*, afirma que “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Simbolicamente Aquiles precisava aprender a conjugar o verbo ser: “Num abrir e fechar de olhos, entre colo, lições, esperanças e palmadas, a flor tornou-se fruto e o menino aprendeu a conjugar o verbo ser” (ALMEIDA, 2019, p. 14). A busca pelo uso da língua portuguesa sem marcas dialetais associadas aos falares africanos pode ser vista como tentativa de diminuir a diferença entre os “Outros” (Cartola e Aquiles) e eles (os portugueses), pois quanto maior a assimilação dos valores culturais da metrópole, maiores são as chances de o assimilado escapar de uma suposta condição atrasada e inferior construída a partir dos modelos culturais e civilizacionais eurocêntricos.

Todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural - toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 1975, p. 34)

Com o passar do tempo, Cartola mostrava-se frágil em relação aos desafios da cidade onde estava e se prendia à proteção que julgava ter do Doutor Barbosa da Cunha. Barbosa da Cunha era médico obstetra português e atuou em Moçâmedes ao lado de Cartola, praticamente seu secretário pessoal. Mesmo que ambos tenham nascido na década de 20, tendo idades bastante próximas, Cartola imitava Barbosa da Cunha tal qual um aprendiz segue seu mestre:

Fora Barbosa da Cunha quem lhe transmitira alguns dos hábitos que mais lhe custara perder com a passagem do tempo: a dose diária de vitamina C sob a forma de dois gomos de limão chupados em jejum contra o céu-da boca. O tabaco negro de maço, que aprendeu com ele a enrolar. O prazer do café, até então desconhecido. (ALMEIDA, 2019, p. 29)

Se o discurso colonial se faz por dicotomias (branco – negro, europeu – africano, civilizado – atrasado, entre outras), Djaimilia Pereira de Almeida cria a sua pela dicotomia entre Cartola e Barbosa da Cunha. A independência de Angola foi mais determinante ao destino de Cartola não pelo fim da presença portuguesa, mas sim pela partida do Doutor Barbosa da Cunha e a promessa de reencontro na metrópole. A deformidade no calcanhar do filho, por mais que

atormentasse os pensamentos do pai, proporcionava a dose de esperança necessária para alimentar o sonho de um dia desembarcar em solo lusitano e, mais do que isso, não ser um imigrante no suposto solo pátrio.

Cartola imaginava que o médico que há 20 anos havia sido seu grande companheiro estaria à sua espera no destino, mas o contato com o Doutor Barbosa da Cunha desapareceu. Na narrativa, a história da relação entre Cartola e o médico aparece de maneira retrospectiva, quase como justificativa para o início da tentativa do angolano de assimilar-se à cultura portuguesa. O Doutor Barbosa da Cunha, por sua origem, seus conhecimentos e sua postura, representava para Cartola o ideal de cidadão português, que é como ele gostaria de ser acolhido por Lisboa.

O relacionamento entre o enfermeiro angolano e o médico português pode ser lido sob a perspectiva da ambivalência do discurso colonial discutido por Homi Bhabha no *O Local da Cultura*. Segundo Homi Bhabha no ensaio “Da mímica e do homem: a ambivalência do discurso colonial” (1998, p. 129-138), o discurso colonial lida com o conflito entre a demanda pela identidade pessoal e a diferença entre colonizador e colonizado por meio da mímica, acordo irônico que expressa “o desejo de um Outro reformado, reconhecível, *como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente*” (BHABHA, 1998, p 130, grifo do autor). Para Homi Bhabha (1998), a *mímica* é uma forma de discurso colonial que entrecruza em seu discurso aquilo que é permitido e o que é conhecido, mas proibido, de maneira que o que deve permanecer oculto fica nas entrelinhas.

Na mímica, a representação da identidade e do sentido é rearticulada ao longo do eixo da metonímia. Como lembra Lacan, a mímica é, como a camuflagem, não uma harmonização ou repressão da diferença, mas uma forma de semelhança que difere a presença e a defende, expondo-a em parte, metonimicamente. Sua ameaça, eu acrescentaria, vem da prodigiosa e estratégica produção de “efeitos de identidade” conflituosos, fantásticos e discriminatórios, no jogo de um poder que é elusivo porque não esconde nenhuma essência, nenhum “si-próprio”. (BHABHA, 1998, p. 135-136)

Dessa maneira, para que seja eficaz, a mímica colonial deve ser construída na ambivalência do discurso e reproduzir seu deslizamento, aproximando colonizadores e colonizados ao mesmo tempo que os afasta pela marcação de suas diferenças. Cartola sabia “conjuguar o gerundivo e a origem etimológica da palavra ‘Tejo’”, sentia arrepios “ao ouvir o hino de Portugal e sabia de cor a primeira estrofe de *Os Lusíadas*” (ALMEIDA, 2019, p. 60), então por que ainda não era considerado português? O imigrante repetia costumes portugueses a fim de identificar-se como tal por meio da *mímica*.

Por mais que tivesse trabalhado durante anos nos hospitais em Moçâmedes e Luanda, subir as escadas do hospital lisboeta onde Aquiles estava internado deixava Cartola nauseado. As lembranças da vida em África prendiam-no a sua terra de origem por meio de um cordão-umbilical subjetivo, o que nos leva a interrogar qual era o calcanhar de Aquiles de Cartola. A memória do que havia sido impedia Cartola de ser reconhecido como português, por isso: “O pai de Aquiles queria vomitar Luanda, mas ainda não conseguia; queria livrar-se da primeira vida, mas ela fazia-lhe frente; passar à próxima etapa, mas era ainda o mesmo homem.” (ALMEIDA, 2019, p. 37). O percurso de Cartola demarca alterações e ruínas sociais e pessoais. Ou seja, de como ele se via e de como via a pátria portuguesa.

Com o passar do tempo, a cidade de Lisboa deixou de representar acolhimento e esperança para mudanças futuras, tornando-se um desafio e depois, de certa forma, *via crucis*. Cartola e Aquiles viviam arrastando-se a fim de evitar imprevistos financeiros que não conseguiriam resolver, por isso o pai cultivava o desejo de ser invisível sem notar que o ritmo da cidade já o submetia a esta condição:

A disciplina do desaparecimento exigia-lhe apenas o silêncio e não se dar a conhecer usando um «ora viva, chefe» da maneira mais vivaz que conseguia, evitando prolongar conversas, dispensando-se com evasivas em diálogos que não permitia que chegassem a acontecer. Conseguia a magia de passar pelos outros como um fantasma. Parecia até que o tinha escolhido. Talvez essa tenha sido a última aparição da sua ingenuidade: a de se julgar senhor do seu disfarce e da velocidade com que se esquivava à memória de quem passava por ele pela rua. Quando, na realidade, caminhando como se estivesse atarefado, mas sem pressa para chegar a lado algum, apenas outro metido na sua vida, estava em sintonia com o ritmo da cidade, que o arrastava como uma maré. (ALMEIDA, 2019, p. 45-46)

A disciplina do desaparecimento e a exigência de silêncio sinalizam que Cartola e Aquiles representam o espólio que discurso imperial não queria ver e ouvir, então, se eles não falassem e se tornassem invisíveis, por sua vez, os traumas oriundos dos séculos de colonialismo luso não teriam existido. Se não se não fala sobre e não se enxerga, então, não existe. Não à toa Eduardo Lourenço (2016), em *Labirinto da saudade*, aponta a necessidade de Portugal se curar pela prática psicanalítica, ou seja, expurgando os traumas pela fala, em especial, pelo discurso literário.

A história de Cartola ocupa, portanto, o ponto-cego do campo de visão da cidade de Lisboa. Embora importante, sua trajetória não é vista na metrópole, mantendo a invisibilidade do sujeito perante o centro imaginário. Apesar disso, era essa narrativa que permanecia definindo quem ele havia sido e, conseqüentemente, quem ele se tornou. Mas também definindo

como ele se via, já que o império português lhe fornecia imagens identitárias, que foram tomadas e introjetadas, como constitutivas da identidade de colonizadores e de colonizados.

Embora o cotidiano na metrópole fizesse com que Aquiles e Cartola fossem jogados mais à margem, isso não impediu Cartola de continuar alimentando suas fantasias de bonança em terras portuguesas, depositando agora em Aquiles a esperança para uma vida melhor. No aniversário de dezoito anos do filho, Cartola levou-o para almoçar em um restaurante *self-service*. Não conversaram. O carinho, em uma terra que lhes era infértil de afetos, tornou-se estranho, porém não desapareceu.

[...] como se discursasse para uma plateia, o pai disse “a partir de hoje você é um homem, Papá Aquiles. Aqui nessa terra ninguém sabe quem és, por isso podes ser toda a gente. Eu nasci Cartola e vou morrer Cartola, mas tu não, meu filho, você não nasceu com chapéu. O teu nome fui eu que te dei. Quando passar essa nuvem, você vai ter esta cidade aos teus pés”. [...]

Para espanto dele, fora mais simples do que esperava, saber Aquiles independente. O seu coração não tinha rebentado, como chegara a temer, ao descobrir-se pai de um rapaz direito. Agora, ao vê-lo rodar a chave e abrir a porta do quarto da pensão, estranhava-o um pouco. Chegava a assustar-se com aquele homem abebezado, de feições familiares, cujo passo fazia vibrar a janela ao vir na sua direcção para lhe beijar a testa. Aquiles era a prova de que havia vida depois da independência. [...] (ALMEIDA, 2019, p. 52)

Cartola conota o sujeito colonizado moldado psíquica e socialmente pelo discurso colonial produzido a partir do império português. O apego aos mitos, às imagens transmitidas sobre um Portugal que já não mais existe - ou sequer, um dia, existiu - alimentam esperanças para uma vida melhor, como português, e não como angolano. O problema é que a sua história anterior não se apaga e não permite ser apagada. A miscigenação e os traumas causados por um passado colonial se tornam constitutivos de um modo de ser angolano e português. O álbum de fotografias da família de Cartola apresenta os rostos portugueses de outra maneira, ao invés de serem heróis, são o motivo das chagas enfrentadas.

Não passaram ao lado da alegria, mas tornaram-se defensivos. Aquiles, que nunca fora desconfiado, foi-se tornando esquivo. Cartola, que nunca tinha sido cínico, apenas esperava milagres da Santa Casa da Misericórdia, viciado que estava no Totoloto. Dos homens com quem se cruzaram e da possibilidade de com eles travarem amizade ou de os deixarem entrar nas suas vidas, pai e filho escondiam-se atrás de reservas, preparados para serem enganados e atraíoados. (ALMEIDA, 2019, p. 50)

O discurso colonial apresenta armadilhas capazes de suprimir os fatos que não lhe favorecem. Mesmo que Lisboa o rejeitasse, sobreviver em solo português era conquista há muito tempo esperada. Voltar para Angola não era uma opção. Cartola sabia que sua despedida

era definitiva, portanto, conquistar um pedaço de terra em Lisboa tornou-se o novo sonho, ainda que a vida lhe parecesse pequena para usufruir de suas vitórias.

Passados seis anos desde a chegada a Lisboa, Cartola visita o Cemitério dos Prazeres, onde julga estar a salvo “do bico afiado dos revisores de testamentos e dos equívocos da língua em que são prometidas as heranças” (ALMEIDA, 2019, p. 63). Acreditava, agora, que nos Prazeres encontraria o sossego e o acolhimento que esperava de Portugal. Por não ter conseguido adquirir uma propriedade durante a vida, ter um lote no cemitério português parecia-lhe uma vitória contente, visto que ao menos na morte ocuparia o mesmo lugar que outros portugueses. Ainda que o pensamento aliviasse as expectativas de Cartola, compartilhá-lo com o filho não era uma possibilidade.

Havia coisas, afinal de contas, que uma vez desejadas não se podiam partilhar, sob risco de o desejo por elas se desvanecer: uma tumba nos Prazeres, um chapéu novo, uma pulseira de ouro para enviar à mulher, uma tarde de folga a meio da semana. Se lhe perguntassem quem era, não se aventuraria a confessar as suas inclinações mais profundas. Proferi-las era meio caminho andado para as sentir como estranhas. Tinha de as manter trancadas no coração como um tesouro sem forma. Se sonhava com as condições da sua morte, então havia que levá-las para a cova. O fim a que almejava era uma companhia para a vida. Não um consolo, um desejo frustrado, mas mais como as borras da sua solidão, de que era o único intérprete. Mais como uma promessa de sentido no fundo do que de outro modo, entregue a pequeníssimas alegrias e preocupações concretas, lhe parecia uma existência estúpida. (ALMEIDA, 2019, p. 64- 65)

Cartola traçou seu destino com base nas imagens de Portugal e sua fantasia foi desmembrada quando se chocou com a realidade. À medida que se esforçava para ser identificado como português, esquecia-se de prestar atenção na sua condição de angolano. O pai de Aquiles tornou-se alheio à vida que batia na porta para cuidar da mulher, dos filhos, do calcanhar doente de seu filho e, nesse cenário, simbolicamente, a sua filha Justina, como mulher, negra e angolana, passa a ocupar a margem da margem a ponto de praticamente não aparecer na narrativa.

Como a vida em Luanda exigia que ele vivesse pelos outros, seu lar tornou-se prisão. A liberdade desejada adquiriu as formas do mapa da cidade de Lisboa, uma vez que a mudança para a metrópole também representava o livramento de Cartola dos cuidados exaustivamente destinados à esposa. A cidade teve seus caminhos decorados na esperança de servirem, pelo menos, para não deixar o homem perdido. Porém o encontro entre o imigrante e a metrópole não aconteceu como ele imaginava. Cartola era um estranho para Lisboa; era diferente mesmo com tantos esforços para se assemelhar à ideia do que é ser português. Ou melhor, para se assimilar a mímica do discurso imperial e da imagem de centro. Mas Angola também lhe era

estranha, então a que lugar ele pertencia? Para onde ele deveria voltar? Algumas vias não têm saída. As marcas das feridas da vida trilharam o novo mapa de Cartola, e ele sabia que não havia indícios de retorno em seu caminho.

3.2 Aquiles

Em 1970, o nascimento de Aquiles marcou a vida da família tanto pelo contexto político de guerra pela independência de Angola quanto pelo desafio que o tratamento de seu calcanhar representava. A promessa de que aos quinze anos viajaria à Lisboa para tratar o calcanhar defeituoso moldou, também, as expectativas do rapaz sobre o que esperar da metrópole. Menos sonhador do que o pai, Aquiles sente o “pavor” da incerteza sobre seu destino no interior do avião, enquanto partia de Luanda. Ele percebe que passou de protegido a protetor de Cartola. Ao sobrevoar o Deserto do Saara, o filho nota que será responsável pelo pai em uma terra que conhece somente o que lhe foi contado.

Sem conseguir sentir o calcanhar esquerdo, e ao ver que o pai adormecera enrolado como um bicho-de-conta, a impressão de que não era ele quem estava aos cuidados do pai, mas Cartola quem estava nas suas mãos, subiu-lhe à cabeça num pavor. Aguardada toda a vida, a partida parecia-lhe agora rápida demais para que tivessem pensado em tudo. Quem os receberia? Onde dormiriam? Foi-lhe claro naquele instante que não viajavam para Portugal, mas para sempre.

Sobrevoavam o Deserto do Sara quando, de cabeça caída sobre o peito, o pai lhe pareceu um velho pela primeira vez, o que apenas acentuava o facto de ter o calcanhar dormente. Que faria ele com aquele homem, se nem conseguia andar direito, nem tão-pouco conhecia Lisboa senão das histórias contadas pelo pai, aventuras em que um Rossio de sonho desaguava num rio de dúvidas e subia em sete colinas apenas de mistério, vigiadas por um castelo todo interrogativo? (ALMEIDA, 2019, p. 22)

Lisboa era uma incógnita que Aquiles teria que desvendar sozinho. Diferentemente de seu pai, marcado pelo processo de mímica colonial, segundo o entendimento de Homi Bhabha (2013), em Aquiles, as imagens de Portugal disseminadas pelo discurso colonial não eram fixas em sua imaginação, o que ocasionou maior rapidez no esfacelamento das fantasias sobre as oportunidades oferecidas pela metrópole portuguesa. Da mesma maneira, ter vivido somente quinze anos em sua terra natal não permitiu que Aquiles criasse raízes no solo que antes fora pisado por seus ancestrais, por isso enfrentava a angústia de se encontrar repartido entre Angola e Portugal, sem reconhecer o lugar a que pertencia.

Preso à cama hospitalar, Aquiles tinha herdado o lugar da mãe no mundo, mesmo que em outro continente, essa era sua certeza. Nesse momento a promessa de cura física se

apresentava mais ideal do que real à medida que adoecimentos psíquicos se fazem mais evidentes. Os olhos da mãe observaram Lisboa pela primeira vez através dos olhos do filho e, internado, Aquiles percebeu que foi nesse momento que deixou de se sentir angolano e, de certa forma, passou a ser filho do entrelugar. Olhar o mundo da cama, contra a sua vontade e sem ouvintes para o acudir reproduzia a vida que a mãe passou a ter após seu nascimento, além de definir a nacionalidade de ambos como sujeitos que não são livres, uma vez que dependiam dos outros para cuidados básicos. Para Aquiles, “O calcanhar defeituoso era seu o seu passaporte.” (ALMEIDA, 2019, p. 39) e a afirmação material da diferença entre ele e o Outro (Portugal).

Enquanto Cartola arrastava-se por Lisboa, fazendo-se invisível para os portugueses, assumindo uma existência fantasmática, Aquiles amadurecia sob a carcaça rude que a vida na metrópole fez brotar. O jovem parecia mais doente do que quando havia chegado. Estava longe dos outros membros da família, ao passo que enfrentava o tratamento médico que não parecia oferecer melhoras. Carregava uma tristeza que mascarava sua juventude e não conseguia compartilhá-la com o pai.

Guardava os sonhos na pasta preta trazida de Luanda. Escondia-a debaixo do colchão. Não tinha poucos anseios. Chegou a acreditar que podia ser quem quisesse. Mas o dinheiro não chegava, e nem sequer sabia por onde começar. Não tinha amigos e não se abria com o pai. Temperava a seriedade deslocada, que o afastava dos outros, com uma timidez que os deixava de pé atrás. Luanda tornara-se para ele uma miragem e Lisboa era uma cidade sem árvores. Às vezes, sentia que tudo fazia parte de um plano e que uma mão o amparava quando estava prestes a escorregar na calçada. Sentia os dedos fincados no braço ou a mão aberta contra as costas, os ossos dela contra os seus ossos. Deixava-se conduzir. Por momentos, não estava sozinho e o caminho revelava-se como uma necessidade exultante. Por milagre, esquecia-se do calcanhar doente. (ALMEIDA, 2019, p. 53- 54)

Aquiles foi ensinado a esperar pela cura, pelo reconhecimento e pelo pertencimento. No entanto, foi sendo posto à margem no seu percurso espacial de Luanda para Lisboa e depois para o bairro marcado pela precariedade habitacional Paraíso, assim como no seu percurso de amadurecimento pessoal. Para evitar que Cartola se chateasse novamente ao ter que lidar com a realidade, o rapaz assumiu o personagem que o pai criou para ele, agindo conforme seus desejos. Aquiles não tinha história, pois não conhecia o que era anterior a ele. Via o mundo como a mãe, da cama; mostrava-se para a sociedade a partir dos moldes do pai. Não era senhor de seu destino. Quando completou dezoito anos, Aquiles tornou-se para o pai a certeza de que havia vida após a Independência, mas, sendo independente e manco, para onde o rapaz deveria correr?

Aquiles passou a imaginar como a vida poderia ter sido se ele fosse capaz de salvar os pais, a família e até mesmo a colônia dos traumas sofridos. O futuro, por ter se mostrado incerto e cheio de armadilhas, não ocupava os pensamentos do rapaz, que desejava retornar ao passado como se impedir seu nascimento significasse dar um destino mais belo aos Cartola de Sousa.

Aquiles não pensava no futuro, nos filhos que viria a ter, na mulher que o aguardava, mas em dar àqueles dois o horizonte de que estava disposto a abdicar. Talvez ser finalmente um filho fosse deixar de ser capaz de conceber a morte dos pais. Muito ao longe, a jovem Glória aguardava que Cartola a visse pela primeira vez com a excitação reticente de quem ainda não sabe que a vida está prestes a mudar. E mais ao longe ainda, num paralelo encafuado atrás do coração do filho, Aquiles vigiava-a atrás das cortinas e mandava-a para dentro, como se um filho pudesse interromper o curso da história e impedir o próprio nascimento. (ALMEIDA, 2019, p. 128)

Podemos encarar a personagem de Aquiles como representação daqueles que, como Djaimilia Pereira de Almeida, cresceram em meio a narrativas que jorravam esperança em um solo infértil para mudanças. Margarida Calafate Ribeiro (2004) declara que, assim como eram produzidas imagens sobre o Império português nas colônias, a metrópole, por meio da literatura, recebia imagens criadas sobre as colônias africanas, em que estas serviam de cenário para “heróis épicos de pacotilha e sonhos de fortuna, a que se juntava a cor local do exotismo e mistério [...]” (RIBEIRO, 2004, p. 144).

A Angola de Cartola e Aquiles (mas também de Djaimilia Pereira de Almeida) sofria com “as políticas de abandono do Estado Novo”, onde os colonos eram “[...] pobres coitados, hierarquizados na sua miséria entre os velhos colonos, pais de filhos mulatos e os novos colonos, sozinhos ou casados com inférteis mulheres brancas [...]”, enquanto os negros, sob a ótica do regime colonial “parecia continuarem incivilizados [...]” (RIBEIRO, 2004, p. 150), como mostram os romances *Natureza Morta* do português José Augusto-França e *Terra Morta* do angolano Castro Soromenho. Da mesma maneira, a realidade em Portugal não condizia com as imagens de centro difundidas na colônia: “A metrópole era apenas uma outra terra miserável e distante.” (RIBEIRO, 2004, p. 151), como o percurso das personagens de *Luanda, Lisboa, Paraíso* evidencia.

Luanda e Lisboa, então, representam mais do que lugares. Aquiles e os retornados habitam o “entre-lugar” discursivo, uma vez que suas identidades são construídas a partir de imagens identitárias produzidas com base na diferença entre portugueses e angolanos, sem deixar que características de uma nacionalidade anulem a outra. Aquiles pode ser reconhecido como angolano. Porém, o filho de Cartola que se mudou para Lisboa ainda no início da juventude também pode ser reconhecido como português. Assemelhando-se ao destino do

rapaz, sua identidade é mais possibilidades do que certezas, uma vez que resulta da multiplicidade de identidades adquiridas ao longo da experiência de vida (HALL, 2006). A única certeza que temos, nesse caso, é a do lugar- geográfico e simbólico- reservado a esses sujeitos, a periferia.

3.3 Trânsito entre lugares

A demarcação espacial intitula a obra de Djaimilia Pereira de Almeida. Lugares demarcam pertencimento e vínculo identitário. Portanto, a geografia, real e existencial, em *Luanda, Lisboa, Paraíso* merece destaque por possuir forte relação com o desenvolvimento identitário das personagens do romance. Analisando o comportamento de Cartola, ao longo da narrativa, percebemos que suas perspectivas sobre Lisboa mudam conforme ele se torna mais íntimo da cidade. O sonho, quando se torna realidade, perde os contornos fantásticos que a imaginação é capaz de traçar. Quando Portugal ainda era um desejo, Cartola enxergava na metrópole a saída para a deficiência do filho e para a prisão que sua casa havia se tornado com a doença da esposa. “O marido contemplava que pela primeira vez na vida seria jogado no mundo” (ALMEIDA, 2019, p. 15), enquanto temia que seu sotaque denunciasses suas raízes.

A revelação de Cartola acontecia por meio da fala. Ainda que treinasse o português de Portugal e tentasse se adequar aos costumes da metrópole, o sotaque do angolano denunciava suas raízes, por sua vez, sua diferença. Para evitar ser descoberto como imigrante, Cartola adota o percurso fantasmático na periferia que Lisboa lhe oferece. Não é visto, portanto não existe. Para Homi Bhabha (1998), a mímica “emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa.” (BHABHA, 1998, p. 130). Por esse motivo, assimilar os saberes e os modos portugueses continuaria denunciando as origens de Cartola, uma vez que a mímica representa a diferença que recusa.

A produção de imagens de Portugal como centro cultural e religioso faz parte de estratégias imperialistas que atravessam os séculos com o objetivo de criar a ideia de superioridade e avanço lusitano mesmo que a população enfrentasse a miséria (LOURENÇO, 1992, p. 99). Desse modo, a emigração simbólica, sobre a qual nos fala Eduardo Lourenço (1992), mostra-se como agente principal na construção das imagens de centro de Portugal presentes no imaginário de Cartola. A mitologia portuguesa, que ganhou força por meio da literatura camoniana, reacendeu durante o Estado novo de Salazar.

Aprisionando um país, pobre e isolado, num discurso que apelava a sedutoras memórias nacionais; a imperativos morais tão transcendentais como a

preservação dos valores do Ocidente europeu e trazendo proféticas promessas de uma grandeza futura, Salazar oferecia de novo aos Portugueses uma pátria única, exemplar e feliz, cobiçada pelos estrangeiros. Ao exterior, Salazar mostrava o país portador de uma missão providencial de importância capital na preservação dos valores cristãos ocidentais em África, pela criação de sociedades multirraciais como a única esperança de salvação [...]. (RIBEIRO, 2019, p. 160)

A crença de Cartola na salvação que Portugal representava enraíza-se nas políticas colonialistas do governo salazarista. A ideia de que a mudança para Lisboa seria capaz de resolver os problemas da vida dos Cartola de Sousa ilustra o resultado do discurso colonial no imaginário daqueles que fazem parte da colônia e sofrem influência direta do imperialismo. Alheio aos conflitos em Luanda durante a guerra civil pela libertação, Cartola apenas vê perspectiva de vida no destino português, por isso esforça-se para se encaixar nos padrões portugueses a fim de diminuir a diferença entre ele e os cidadãos lusitanos, em seu processo de mímica colonial, segundo Homi Bhabha (2013).

Como referido, a primeira moradia de Cartola e Aquiles em Lisboa é a Pensão Covilhã. Aos poucos, a realidade bate à porta do quarto de pai e filho, derrubando as imagens imperiais que por anos foram cultivadas na memória do pai. Durante o tempo em que moram na Pensão Covilhã, Cartola e Aquiles conhecem a face fria que a metrópole oferece aos imigrantes e aos retornados. A fala de Cartola e Aquiles revelava suas origens e denunciava a diferença entre eles e os portugueses. Por esse motivo, a existência de ambos na capital resume-se a sobreviver sem serem notados.

Assim que pai e filho perderam a ilusão de que Lisboa os aguardava e de que ali podiam contar com alguém ou esperar alguma coisa do futuro, a cidade tornou-se uma barulheira. Essas esperanças demoraram pouco a desaparecer, mal terminou o pé-de-meia que lhes servia para as despesas correntes. A partir daí, iniciados os tratamentos ao calcanhar de Aquiles, a sua incumbência era arrastarem-se até ao fim do mês na esperança de que não acontecesse um imprevisto a que não teriam meio de fazer frente. [...] Lisboa era pequena para o desejo de Cartola de se misturar com tudo e as suas pernas não tinham rapidez para fazer dele um vector invisível. Mas aprendera a virar-se para dentro caminhando entre os outros como se, rodeado de gente, ninguém conseguisse fixar as suas feições. (ALMEIDA, 2019, p. 45)

Seis anos após a mudança, Lisboa joga os angolanos à margem novamente. A Pensão Covilhã pega fogo, faz dois mortos e obriga Cartola e Aquiles a se mudarem para um casebre localizado na Quinta do Paraíso, periferia de Lisboa. Apenas em Paraíso Cartola pôde reconhecer-se em outra pessoa e criar laços afetivos. Pepe, um senhor imigrante da Galiza que chegara em Portugal ainda bebê, tornou-se amigo de Cartola e alimentou no africano a esperança de ser útil na vida de alguém. Tendo em vista os anos em que se fez invisível, ser

estimado por outro indivíduo permitiu que Cartola se abrisse para uma nova amizade. Aproximaram-se e foram, um para o outro, o conforto que parecia não existir na cidade de Lisboa.

Estavam envergonhados mas contentes como se tivessem chegados juntos de uma viagem. Tinham ido onde não se pode ir na companhia de um filho. Cartola olhou para Pepe, olhinhos húmidos, suado e andrajoso. O outro viu o preto como o velho que era, encabulado e sem palavras, como se tivesse metido o pé na poça ou revelado alguma inconfidência. Haviam cruzado uma fronteira. Estavam, sem o terem querido, para lá do fosso da linguagem. (ALMEIDA, 2019, p. 110)

A ordem aparente é perturbada por um novo incêndio, agora no lar que tinham na Quinta do Paraíso. Os pertences que conseguiram ser salvos, as memórias construídas sobre as cinzas da tragédia anterior; tudo foi consumido pelo fogo novamente. Os incêndios expõem a fragilidade das trajetórias de Cartola e Aquiles. Cartas, retratos e tecidos devorados pelas chamas assim como a metrópole devora suas vidas. Ao chegar em casa após caminhar pelas ruas da cidade, Aquiles sente o cheiro de queimado e percebe que não restou nada, apenas cinzas.

Ainda antes de perderem tudo, Cartola e Aquiles estavam longe de saber a razão de terem vindo parar à Quinta do Paraíso. A história empurrou-os para uma margem sem que dessem conta de que tinham chegado a terra. Postos de parte, não tinham nem a dignidade dos espoliados nem a honradez redentora dos desgraçados. Tinham apenas o heroísmo insuspeito de terem ficado de lado, como ervas daninhas, querubins, migalhas de pão, e a graça de se poderem reerguer fora do campo de visão de quem os soubesse existentes, enquanto clandestinos não para os mestres das certidões, antes dissimulados no lugar escuro onde os narradores não chegam nem para se regozijarem do facto de terem visto o que mais ninguém viu nem para dizerem que ninguém lá entra. (ALMEIDA, 2019, p. 121)

As consequências dos incêndios, que destruíram as moradias dos imigrantes africanos, são semelhantes aos resultados deixados por anos de políticas de assimilação, uma vez que o discurso colonial incinera a cultura e desampara os sujeitos pertencentes a esta. Porém, é interessante notar que Cartola e Aquiles continuariam desenraizados ainda que não tivessem seus pertences queimados, uma vez que, ao longo do tempo, as estratégias do discurso colonial efetivaram o apagamento de características próprias da cultura natal, impondo como corretos os modelos religiosos, morais e culturais do Ocidente. Por esse motivo, as identidades de pai e filho são demarcadas pelo entre-lugar, uma vez que carregam influências de locais diferentes sem se fixarem a um território geográfico, resultando em identidades que são a soma das experiências adquiridas ao longo da trajetória das personagens.

Cabe perspectivar o lado simbólico dos dois incêndios, isto é, a demarcação de que não há pertencimento e estabilidade, na metrópole, para Aquiles e Cartola. Se Lisboa aceita bem Barbosa da Cunha, o mesmo não acontece com os angolanos. Lisboa *recolhe* Cartola e Aquiles e lhes oferece um paraíso às avessas, a periferia. Aquiles, que cresceu longe de sua terra e, por isso, não teve oportunidade de conhecer mais sobre as tradições de seus antepassados, amadurece em Portugal tentando construir sua identidade com as lembranças que restaram de Angola e com os restos das cinzas dos dois incêndios que atingiram os lugares que foram seus. O rapaz que sobreviveu às complicações do parto e à viagem intercontinental busca, ao longo da narrativa, fixar-se, mas é como se a cidade rejeitasse sua permanência. Cartola, por outro lado, viveu a maior parte da vida em Angola, teve contato com a cultura de seus ancestrais, mas sofreu forte influência do discurso colonial. Por esse motivo, buscou ajustar-se aos moldes de cidadão português a fim de conquistar uma vida melhor pelos menos para ele e para o filho que o acompanhava, sem saber que assim contribuía para seu próprio esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período das grandes navegações marcou a História de Portugal e a literatura desempenhou importante papel na construção do imaginário nacional-colonial, pois valorizou (mesmo que com nuances críticas) o momento em que os portugueses desempenharam o pioneiro papel nas descobertas ultramarinas e no cenário geopolítico global. Todavia, a idealização desse passado se tornou prejudicial a identidade portuguesa à medida que o limite entre ficção e realidade se atenuou, dificultando a separação do real do imaginário, como observam Eduardo Lourenço (1992) e Margarida Calafate Ribeiro (2004).

A emigração portuguesa ultrapassou os limites geográficos, fixando-se no imaginário popular por intermédio das imagens de centro divulgadas em todo o domínio do Império. Desse modo, Portugal construiu sua imagem a partir da demarcação das diferenças presentes entre ele (o centro) e os Outros (o resto da Europa e as colônias), usando a literatura como meio de mediatizar os resultados de seus esforços. A ideia de que Portugal representa o centro universal dos saberes atingiu a população das colônias portuguesas por meio da emigração simbólica presente no discurso colonial.

Com o decorrer do tempo, sujeitos com diferentes percepções da História adentraram o universo literário com novas narrativas sobre temas já conhecidos, apresentando outras leituras do passado e do presente. Djaimilia Pereira de Almeida, escritora portuguesa nascida em Angola, condensa ficção e realidade, trazendo à tona a história de sujeitos que, assim como ela, foram vítimas das políticas coloniais portuguesas. A obra de Djaimilia Pereira de Almeida, por meio da denúncia da violência destinada aos que fogem do modelo colonialista, dá voz, nome e rosto àqueles postos à margem da sociedade e da História.

O romance *Luanda, Lisboa, Paraíso* demarca o percurso identitário das personagens Cartola e Aquiles com bases em seus deslocamentos geográficos. Pai e filho nascidos na colônia portuguesa de Angola partem rumo a Lisboa na expectativa de conseguirem o tratamento médico adequado para a condição “coxa” do filho: “O calcanhar esquerdo do filho mais novo de Cartola de Sousa nasceu malformado. O pai deu-lhe um nome helénico, tentando resolver o destino com a tradição [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 7). Ao chegarem à capital do império, Cartola e Aquiles são confrontados pelos contrastes entre as imagens de centro e a realidade periférica, tendo como imperativo a invisibilidade para evitar problemas. Há, portanto, uma inexistência social, legal e, de certa forma, existencial.

De maneira brusca, Lisboa coloca Cartola e Aquiles à margem da sociedade portuguesa, junto com outros imigrantes. Aos poucos, os elementos que identificam Cartola- a família, a língua, o sotaque, os pertences- são assimilados pela cultura portuguesa de modo que, ao final do romance, seu nome é apenas mais um nome, sem memória, visto que a história por trás dele é afogada nas águas do Tejo.

De forma poética e crítica, Djaimilia Pereira de Almeida fecha *Luanda, Lisboa, Paraíso* com três impactantes imagens. A primeira é a de Cartola usando uma cartola na rua Augusta de Lisboa. Tanto a peça do vestuário quanto a personagem estavam deslocadas do presente e possuíam feição anacrônica: “A cartola nova saltava à vista como uma peça deslocada, não por não condizer com o homem, mas por não condizer com o presente” (ALMEIDA, 2019, p. 198). Isto é, a cena de um angolano utilizando uma peça de vestuário características das classes mais altas conota como Cartola encena, ao longo de sua existência, a mímica colonial como mecanismo para existir, uma vez que o discurso colonialista negou a dignidade da sua origem. Sobrava, então, ser o fantoche. Mas a cartola do Cartola não o fará ser Barbosa da Cunha nem no tempo do fim da narrativa, nem no anterior. A cena final do romance traz esta inquirição: afinal de contas, quem era aquela personagem? A que espaço Cartola pertencia? Luanda? Lisboa? Paraíso? Nenhum? Se Aquiles possuiu um calcanhar real que os leva à metrópole, Cartola representava o calcanhar de Aquiles do colonialismo. Ele é o ponto fraco do discurso colonialista, pois representa o indivíduo arquitetado pelas imagens imperiais e, concomitantemente, era com quem o império mais falhou, uma vez que não foi lhe dada nenhuma esperança nem na colônia, nem na metrópole. A geração de Aquiles foi permitida a esperança de viver em território independente. Mas sabemos que essa esperança foi outrossim transmutada em dor com os anos de guerra civil.

Enquanto andava trajado ao modelo do século XIX, Cartola viu, nos Arcos da rua Augusta, de Lisboa, “uma boca para duas goelas e que a gente se movimentava ao longo das arcadas como a refeição alegre de um levitã” (ALMEIDA, 2019, p. 198). Os Arcos da rua Augusta terminam na Praça do Comércio. E, assim, a segunda imagem convoca o espaço em que, de certa forma, o apetite dos interesses financeiros se sobrepõem aos humanitários, afinal de contas, além de uma empreitada religiosa, o colonialismo foi também uma empreitada mercantil.

Igualmente precisamos destacar que a rua Augusta termina no Tejo e este chama a terceira imagem, a qual foi construída com base em um fino diálogo intertextual. Nela ocorre a personificação do Tejo, assim como, em *Os Lusíadas*, acontece a personificação do rio Indo e do Ganges, na forma de dois anciões, que falam com Dom Manuel em profético sonho para o

estimular a continuar a expansão marítima. Afastado do tempo do descobrimento, entretanto fruto desse tempo, Cartola - sujeito deslocado de seu tempo, afastado da nobreza europeia, mímica do discurso colonialista - encara o rio que deu vazão aos descobrimentos; todavia, o Tejo não suportava olhá-lo: “E, como o rio não suportasse olhá-lo a direito nem lhe respondesse, desconversando num marulhar ambíguo, o homem tirou a cartola, jogou-a à água, e virou costas” (ALMEIDA, 2019, p. 198). O gesto final de Cartola pode ser lido como início da tentativa de deixar de ser sombra, de ser mimese colonista para tentar, mesmo que tardiamente, ser ventríloquo de si mesmo.

Cartola e Aquiles, na ficção, enfrentam os desafios da imigração em um lugar que os coloca à margem de qualquer cuidado básico que o ser humano precisa para viver. Pai e filho sobrevivem na capital assim como milhares de imigrantes sobrevivem ao redor do mundo, longe de suas famílias, tendo seu passado apagado e as conquistas do presente consumidas pelo fogo. O desejo só existe quando algo falta. A falta pode ser material ou subjetiva, por isso que Cartola e Aquiles viajam à Lisboa: ao pai, faltava a liberdade que parecia não existir em Luanda, além do *status* de cidadão português que as décadas de colonialismo fizeram-no desejar; ao filho, faltava a cura para a malformação do calcanhar e a construção de uma identidade própria, capaz de defini-lo com base nas suas vivências.

Luanda, Lisboa, Paraíso retrata a vida daqueles que buscam construir suas identidades em lugares que acreditam serem melhores, ainda que esses lugares sejam os responsáveis pelo apagamento desses sujeitos. Djaimilia, Cartola e Aquiles já eram sujeitos produtores de história, detentores de conhecimento e dignos de cuidado antes de pousarem em Lisboa. A questão é que o discurso colonial faz crer que as contribuições deles pouco pesam na balança universal, por isso obriga-os a seguir seus moldes com a promessa de que assim terão lugar na História. *Luanda, Lisboa, Paraíso* conta, portanto, a história de sonhadores que tiveram suas ilusões reduzidas a pó e cinzas, sem direito a explicações e sem retorno para casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **Luanda, Lisboa, Paraíso**. Companhia das Letras, 2019.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CALAFATE RIBEIRO, Margarida. Uma História de Regressos. **Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** (R. Silveira, Trad.). Salvador, BA: EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952), 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Lamparina, 2021.

LOURENÇO, Eduardo. **Nós e a Europa ou as duas razões**. Imprensa nacional-Casa da moeda, 1994.

_____. **O labirinto da saudade: psicanálise do destino português**. Dom Quixote, 1992.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; **História de Portugal**. Lisboa: A esfera do livros, 2009.